



JUSTIFICAÇÃO

Sob a justificativa de regulamentar a concessão de seguro-desemprego aos resgatados do trabalho escravo, o Ministério do Trabalho editou a Portaria MTB nº 1129 de 13/10/2017, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017.

A referida Portaria restringe o conceito de trabalho em condição análoga à de escravo excluindo dessa classificação as situações de trabalho forçado, jornada exaustiva e de trabalho em condição degradante.

Para piorar ainda mais a situação, os conceitos utilizados pela Portaria exigem a cumulação de uma série de fatores para a configuração de cada uma das condutas mencionadas, muitos deles de caráter subjetivo, o que, na prática inviabiliza o enquadramento das condutas e elimina qualquer possibilidade de fiscalização, conforme grifamos:

“Art. 1º

*I - trabalho forçado: aquele exercido sem o consentimento por parte do trabalhador **e que lhe retire a possibilidade de expressar sua vontade;***

*II - jornada exaustiva: a submissão do trabalhador, **contra a sua vontade e com privação do direito de ir e vir,** a trabalho fora dos ditames legais aplicáveis a sua categoria;*

*III - condição degradante: **caracterizada por atos comissivos de violação dos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador,** consubstanciados no cerceamento da liberdade de ir e vir, seja por meios morais ou físicos, **e que impliquem na privação da sua dignidade;***

IV - condição análoga à de escravo:

*a) a submissão do trabalhador a trabalho exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, **realizado de maneira involuntária;***

*b) o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, **caracterizando isolamento geográfico;***



c) a manutenção de segurança armada com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto;

d) a retenção de documentação pessoal do trabalhador, com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho;

Além de inviabilizar a lavratura dos autos de infração e permitir que nossa sociedade conviva com formas de exploração do trabalho que deveriam ser banidas há séculos, a Portaria afronta diretamente a tipificação do crime de redução à condição análoga à de escravo contida no art. 149 do Código Penal:

“Redução a condição análoga à de escravo

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.”

A Portaria restringe ilegalmente o conceito previsto na lei e consagrado há décadas na jurisprudência.

Não fossem suficientes os absurdos mencionados, o ato em questão ainda cria uma série de obstáculos formais absolutamente desnecessários que dificultam a lavratura do auto de infração e abrem espaço para a alegação de nulidades por parte daqueles que comentem este tipo de conduta.

Por fim, a Portaria retira a competência para a inclusão de infratores na lista suja do trabalho escravo da divisão técnica responsável, conferindo-a ao controle político do Ministro de Estado do Trabalho.

Esta nova orientação governamental praticamente elimina qualquer possibilidade de combate ao trabalho escravo no Brasil e, sem dúvida alguma, constitui um dos maiores retrocessos na proteção dos direitos humanos nas últimas décadas.

A legislação criminal brasileira atinente ao tema é das mais modernas do mundo, estando em consonância com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO ALESSANDRO MOLON – REDE/RJ

sendo classificada pela Organização das Nações Unidas como referência internacional, que reconheceu recentemente que o país alcançou significativos avanços nesta área.

Por entender que tais medidas afrontam a Lei e provocam severos prejuízos à política de combate ao trabalho escravo no país, sem que haja a participação efetiva do Poder Legislativo, é que proponho o presente Projeto de Decreto Legislativo com vistas à sustação dos efeitos da Portaria em epígrafe, trazendo de volta ao Parlamento a prerrogativa de legislar sobre tão importante matéria.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2017.

Dep. Alessandro Molon
REDE/RJ